



NIDIN SANCHES / VALOR

A secretária de Desenvolvimento Econômico de Minas, Dorothea Werneck, acredita que os projetos podem atrair o interesse de investidores externos

Infraestrutura Projetos envolvem turismo, saneamento e transportes

Com 12 novas PPPs, Minas quer atrair R\$ 10 bilhões

Marcos de Moura e Souza
De Belo Horizonte

O governo de Minas Gerais planeja fazer 12 privatizações até 2014, quando se encerra o mandato do governador Antonio Anastasia (PSDB). Serão parcerias público-privadas (PPPs) nos moldes de projetos fechados nos últimos anos, como o da reforma e ampliação do estádio do Mineirão e o da construção do primeiro presídio privatizado do país.

Constam da nova rodada de licitações para empresas privadas um aterro sanitário, um sistema de trens para a rede metropolitana de Belo Horizonte e uma estação de tratamento de água. Na lista também aparecem ativos pouco convencionais em iniciativas desse tipo, como duas grutas com apelo turístico. O governo fala em atrair investimentos da ordem de R\$ 10 bilhões nos próximos dois anos.

Na avaliação da secretária de Desenvolvimento Econômico de Minas, Dorothea Werneck, os projetos têm potencial para atrair não só investidores nacionais, mas também fundos de investimentos do exterior. A secretária aponta três razões para o interesse de investidores pela carteira de PPPs: rentabilidade, segurança jurídica de contratos com o Estado e a garantia de que receberão de um Estado com contas em dia e que tem a classificação de grau de investimento da Standard & Poor's.

"Para os grandes fundos estrangeiros, um dos aspectos importantes é o tamanho dos investimentos requeridos. Esses fundos costumam entrar em projetos acima de US\$ 1 bilhão, é quase como um piso para eles", diz Dorothea. É o caso de alguns dos projetos de PPP do governo mineiro. Segundo ela, representantes de fundos estrangeiros — entre eles um australiano e um europeu — têm sondado o governo sobre a possibilidade de investimentos do Estado.

"Há muitos recursos parados

no mundo e os fundos buscam fazer investimentos onde há espaços". O Brasil, e Minas em particular, seriam um desses espaços com demanda por aporte de recursos, diz a secretária.

As novas rodadas de licitações devem ocorrer até dezembro de 2014. O cronograma já está montado. O governo programa para este ano ainda três licitações. Uma é para um projeto de tratamento de lixo de 44 cidades no entorno de Belo Horizonte, que envolverá a construção de um aterro e de um sistema para gerar energia a partir da queima do lixo ou do uso de biogás, no valor de R\$ 1,9 bilhão, segundo Marcos Siqueira, coordenador das PPPs mineiras.

O segundo projeto prevê a construção de 24 postos das Unidades de Atendimento Integrado (UAI), um centro que emite com mais rapidez uma série de documentos. O contrato será de R\$ 2,2 bilhões. A terceira licitação esperada deve custar R\$ 500 milhões e envolve a ampliação da capacidade de fornecimento de água, no sistema do rio Manso, nas proximidades de Belo Horizonte.

No primeiro semestre de 2013, o governo de Minas prevê licitar três parques estaduais — do Sumidouro, da Gruta do Rei do Mato e da Gruta da Lapinha. O concessionário terá de implementar uma infraestrutura turística e vai poder cobrar a entrada e atividades esportivas nos parques. O contrato, diz Siqueira, permitirá a melhor preservação ambiental das áreas. Também está na lista do primeiro trimestre um contrato para implementar um centro empresarial e de convenções em Belo Horizonte, estimado em R\$ 300 milhões.

Na segunda metade do ano, o governo quer licitar o contrato de um sistema de transporte sobre trilhos para passageiros na região metropolitana da capital mineira. Está nos planos também uma PPP para a ampliação do metrô e outra para a gestão e operação de pátios para abrigar veículos apreendidos.

Em 2014, o plano do governo mineiro é conceder à iniciativa privada a manutenção e administração de rodovias estaduais, sem cobrança de pedágio. "O governo vai remunerar quem ganhar o contrato de concessão com base em vários indicadores de desempenho, entre eles buracos, tráfego, número de acidentes, grau de satisfação dos usuários etc.", diz Siqueira. A regra valerá para outras licitações.

Outros três projetos na área de infraestrutura econômica estão programados para 2014, cujos contratos somados chegam a R\$ 1,5 bilhão. Os três ainda são tratados com sigilo. "Hoje, essa carteira de 12 projetos soma investimentos de R\$ 10 bilhões", diz o coordenador das PPPs.

O número de projetos de PPPs poderia ser o dobro ou mais, diz ele, se o governo federal criasse regras mais favoráveis de tributação. Segundo Siqueira, as mudanças recentes feitas pelo governo — ampliação do limite de receita usada pelos Estados em contratos de PPP de 3% para 5% e a ampliação dos prazos de pagamentos de impostos federais cobrados das concessionárias — tiveram pouca influência nos planos de Minas.

"É importante o aumento do limite uso da receita, mas para a realidade de Minas Gerais esse não era um problema. Pelas nossas projeções, a carteira de projetos até 2014 já se enquadrava no limite anterior." Em relação às mudanças tributárias, Siqueira lamenta que não tenham sido amplas o suficiente para isentar as concessionárias de impostos federais, que elas precisam recolher sobre o valor que recebem dos Estados ou municípios. O valor dos impostos é embutido pelas empresas no preço dos contratos de PPPs.

Dorothea diz que a vantagem das PPPs para o contribuinte será a "possibilidade de ver mais obras e mais serviços de melhor qualidade". Nos cálculos feitos pela secretária, o modelo de par-

ceria com o a iniciativa privada para os 12 projetos permitirá ao Estado economia entre R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões.

O modelo, no entanto, é controverso. Para Eduardo de Motta e Albuquerque, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é certo que a interação entre o mercado e o Estado é chave para o processo de desenvolvimento. A questão, diz ele, é saber qual combinação é mais apropriada entre os dois.

"Aqui, o governo está estimulando o setor privado a entrar em áreas cujo risco é zero, como estradas, fornecimento de água e outros. São projetos que o Estado poderia muito bem fazer. Seria melhor que estimulasse o capital privado a entrar em áreas de pesquisa e desenvolvimento, onde o risco é mais alto", diz Albuquerque.

Para Paulo Vicente Alves, da Fundação Dom Cabral, as PPPs são um meio inteligente de usar dinheiro privado em áreas que, em geral, avançam lentamente e de forma mais dispendiosa, se dependerem apenas de recursos públicos. E com uma vantagem: as PPPs dão um incentivo forte para o concessionário resolver problemas. "As empresas podem ser multadas e até perder os contratos e isso tende a fazer com o que atuem com mais cuidado."

O governo mineiro prepara as novas PPPs embalado pelo reconhecimento internacional de sua experiência. Em agosto, o Estado recebeu prêmio concedido pela revista britânica "World Finance" como melhor programa de infraestrutura por meio de PPPs do mundo.

O primeiro contrato de PPP assinado no Brasil foi em 2007 em Minas Gerais, para a transferência para empresas privadas da rodovia MG-050. Dos cerca de 25 contratos de PPPs assinados no Brasil, quatro estão em Minas: a rodovia, o presídio, algumas Unidades de Atendimento Integrado e o Mineirão.

Presídio será o maior do Estado e terá até sensores de calor

De Ribeirão das Neves (MG)

De segunda a sábado, em turnos que se estendem até a noite, 1,6 mil operários trabalham na construção do primeiro presídio do país fruto de uma parceria público-privada. O complexo comportará 3.040 presos em cinco unidades, no município de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte.

O consórcio de empresas responsável pelo empreendimento, a Gestores Prisionais Associados (GPA), promete entregar em meados de dezembro a primeira unidade com vagas para 608 homens. Com as cinco unidades prontas até o fim de 2013, ela se transformará na maior penitenciária do Estado.

O consórcio é formado pela CCI (empresa que possui concessões de estradas e que também atua na construção pesada), Tejorfan (que está em vários segmentos, entre eles saneamento e segurança patrimonial), NFMotta e Augusto Veloso (construção) e Inap (que é o sócio operador e único com experiência em administração prisional). Todas são de São Paulo, à exceção da última, de Curitiba.

Rodrigo Gaiga, presidente da GPA, diz que o investimento total será de R\$ 220 milhões. O Valor visitou as obras na semana passada. Na área do complexo, que fica numa área rural, a quase meia hora do centro da cidade, há uma movimentação intensa de caminhões, guas, guindastes e operários. Nas celas já prontas da unidade, que será entregue em dezembro, os cates (no máximo quatro por cela) são de chapa de aço inteiriça. Os vasos sanitários, de aço inox, com um sistema de sucção que evita que os presos escondam ali algum objeto vetado. Para minimizar que os presos tentem fugir por túneis, o piso das celas tem duas camadas de concreto de 15 cm e, entre elas, uma chapa de aço de sete polegadas. O circuito fechado de TV terá 1,6 mil câmeras, sensores de movimento e temperatura. Na entrada de cada unidade, será instalada um bodyscan, o que a GPA aposta ser a melhor forma e evitar a entrada na prisão de telefones ou armas. Portões e portas das celas terão sistema eletrônico de abertura.

Os agentes penitenciários na prisão privatizada terão outro nome: monitores. Serão funcionários da GPA treinados para lidar com os presos no dia a dia. A segurança das muralhas, escolta e as equipes de choque para intervenções, continuarão sendo agentes públicos. O contrato entre a empresa e o governo de Minas foi assinado em 2009, após um processo de licitação. A GPA será a concessionária no presídio durante 27 anos, prorrogáveis até 35. Depois disso, a estrutura fica com o Estado. A empresa terá cerca de 800 funcionários trabalhando no local (advogados, médicos, assistentes sociais e principalmente agentes penitenciários) ao lado de aproximadamente 350 servidores.

O cálculo de remuneração da empresa levará em conta a estrutura do presídio (como fornecimento de água, energia e mais dezenas de outros itens), a demanda por vagas (o número de detentos enviados para lá pelo governo, item com peso menor

no cálculo) e desempenho da gestão — que será medido por nada menos que 380 indicadores.

Se houver uma briga entre presos, fuga ou rebelião, por exemplo, a empresa terá uma redução de remuneração naquele mês. Se um celular for encontrado em uma das celas, idem. O contrato exige que a GPA ofereça educação, cursos profissionalizantes e trabalho para os presos. Se isso não for cumprido a contento, a remuneração da GPA também cai. Embora o pagamento variável corresponda a apenas 10% do total, falhas seguidas em um mesmo indicador por três meses seguidos serão punidas com sanções que afetarão mais a remuneração da empresa.

O governo do Estado e a Accenture farão a avaliação periódica do cumprimento do desempenho. Pelas projeções do governo, se tudo der certo e se a GPA tirar "notas" máximas em todos os critérios, receberá em 2013, R\$ 87,8 milhões. A partir de 2014, quando estiver operando em plena capacidade, o valor salta para R\$ 94,1 milhões. O Estado começa a pagar quando houver presos no complexo.

Gaiga diz que a empresa trabalha com um cenário mais otimista e outro mais pessimista sobre o faturamento na primeira fase de funcionamento do negócio prisional por causa dessa fatia variável de remuneração vinculada aos indicadores de desempenho. "Vamos ter um software de gestão, estímulos financeiros para os monitores para que atinjam metas de postura e tratamento adequado com os presos [o que será medido pelos indicadores do contrato], mas é a primeira vez que se faz isso".

Muito do que a prisão privada promete oferecer é o que a lei de execuções penais exige, mas que poucas prisões tradicionais cumprem. Algumas exigências no contrato vão além do que a lei determina, diz o governo mineiro, como a presença de psiquiatras e terapeutas ocupacionais na prisão.

"Desde a assinatura, esse projeto chama a atenção de governo de outros Estados que nos consultam sobre o modelo adotado aqui", diz Luciana Lott, coordenadora da unidade setorial de PPP da Secretaria de Defesa Social do Estado. A própria GPA está participando de processos de consulta ou de licitação de presídios privatizados em São Paulo, Alagoas, Mato Grosso e Goiás.

A estrutura, os treinamento dos funcionários e a carga horária de ocupação dos presos vai minimizar o risco de rebeliões, aposta Gaiga. O contrato, diz ele, também inibirá o risco de superpopulação carcerária.

A inauguração da PPP prisional é aguardada com otimismo pelo presidente da comissão de assuntos carcerários da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas, Adilson Rocha. "A superpopulação é regra em todo o Brasil", diz ele. Em Minas não é diferente: são 53 mil presos em presídios que comportam 35 mil. "A expectativa é que essa penitenciária cumpra pelo menos o mínimo do que diz a lei, o que já seria um avanço. E que o modelo de contrato acabe com a realidade dos presos ficarem amontoados." (MMS)

Em SP, asiáticos são os que mais investem desde 2008

Guilherme Soares Dias
De São Paulo

Os países asiáticos foram os maiores investidores diretos em São Paulo nos últimos quatro anos, segundo dados da agência de fomento Investe São Paulo. De setembro de 2008 a setembro de 2012, Japão, China e Coreia do Sul foram responsáveis pela instalação de 13 empresas no Estado. Já os países do continente europeu tiveram seis projetos no período, enquanto o maior número unitário de em-

presas estrangeiras instaladas foi proveniente dos Estados Unidos (8), mesmo número de companhias nacionais.

O total de empresas instaladas em São Paulo no período chegou a 35, com desembolsos de R\$ 13,8 bilhões e geração de 35 mil empregos. Os números são referentes às companhias que tiveram consultoria do Investe para a instalação no Estado. Entre elas, estão Toyota, Comil, Lenovo, Caterpillar, Syngenta, Cummins, Haldex, Samsung, Duratex, Gerdau e Hyundai.

A maior parte dos investimen-

tos está nas cidades localizadas no entorno da capital paulista. Das 35 empresas, dez foram para a região de Campinas, oito ficaram no entorno de São José dos Campos, sete na região de Sorocaba, três na grande São Paulo e duas na região de Santos. "Nós ajudamos a estabelecer a melhor região para o investidor. Fazemos cruzamento das características do projeto e da oferta da cidade", diz o presidente da agência de fomento, Luciano Almeida, lembrando que as cidades localizadas até 200 quilômetros de São

Paulo e próximas das grandes rodovias levam vantagem.

Nesse sentido, a agência afirma que há esforço para incentivar a instalação em pequenas cidades com baixo desenvolvimento econômico como Porto Feliz, que recebeu a fábrica da Toyota, Guaratinguetá, onde foi instalada a AGC, além da Comil em Lorena e da Denso em Santa Bárbara do Oeste.

O número de investimentos anunciados também é crescente, passou de seis em 2010 para 12 em 2011. Nos primeiros nove

meses desse ano, o número de anúncios já chegou a 15. Já os setores que receberam maior atenção foram automotivo (9), máquinas e equipamentos (7), aeroespacial (2) e vidros (2).

Na carteira de projetos, que concentra os investimentos em estudo, estão 64 propostas que somam R\$ 29 bilhões e têm potencial para gerar 57 mil empregos. "A maturação das consultas dura em média três anos. Temos visão clara dos setores público e privado e fazemos intermediação desses setores até que haja a

instalação", afirma Almeida.

A maior parte dos projetos em carteira é originária de Estados Unidos (22), Brasil (14) e Alemanha (6). Já entre os continentes, o número de projetos dos asiáticos novamente supera o europeu com 15 propostas, ante 11 do velho continente. "Empresários da Indonésia passaram a nos consultar com maior frequência e Taiwan tem o maior montante a ser investido", diz Almeida. O Investe São Paulo foi criado por lei em agosto de 2008 e começou a atuar no fim daquele ano.